

## Luta do Sindicato e trabalhadores garante reajuste salarial e direitos da Convenção Coletiva por mais 2 anos



Garantir a sobrevivência do Sindicato deve ser prioridade para os vigilantes  
**PÁGINA 2**

Ainda há tempo para barrar a reforma da Previdência e o fim da aposentadoria  
**PÁGINA 2**

Convenção não prevê contratação por jornada de trabalho intermitente  
**PÁGINA 2**

Sindicato recorre à Justiça do Trabalho para barrar demissões na Essencial  
**PÁGINA 4**

Trabalhador deve ficar atento a seus direitos na transferência de contrato  
**PÁGINA 4**

Os vigilantes de Minas Gerais vão receber 3,43% de reajuste no salários e benefícios, retroativo a 1º de janeiro deste ano. Outra importante conquista que a categoria acaba de obter é a renovação das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por mais dois anos, barrando, assim, as perdas de inúmeros direitos impostos pela reforma trabalhista. No entanto, na data-base do ano que vem, haverá o reajuste automático dos salários e benefícios, baseado na inflação medida em 2019. Confira na página 3 a tabela com as principais conquistas da Campanha Salarial Unificada deste ano.

## Garanta a sobrevivência do Sindicato e as lutas em prol da categoria

Os trabalhadores brasileiros nunca sofreram tantos ataques a seus direitos como nos últimos anos. Em 2017, a reforma trabalhista passou como um tsunami sobre direitos conquistados durante décadas.

Agora, o governo federal não tem medido esforços para aprovar a reforma da Previdência e, não bastasse, vem aí a PEC 300, proposição que altera a redação de diversos pontos do artigo 7º da Constituição Federal, se sobressaindo de forma negativa aos retrocessos da reforma trabalhista e retirando ainda mais direitos da classe trabalhadora.

Por outro lado, as entidades sindicais representativas dos trabalhadores, verdadeiras trincheiras contra todos esses ataques, também nunca esti-

veram tão ameaçadas.

Para minar sua sobrevivência e acabar de vez com os sindicatos, o governo Temer atacou uma de suas fontes de sustentação, o imposto sindical. Já o governo atual tem tentado complicar ainda mais a vida das entidades sindicais, dificultando o recebimento das mensalidades dos seus associados.

O objetivo do governo é acabar com os sindicatos e facilitar a vida dos patrões, que terão caminho livre para aplicar a atual legislação trabalhista e fazer o que bem entenderem com seus empregados, que não contarão mais com a ajuda das entidades sindicais na defesa de seus interesses.

Sem recursos, muitas entidades têm enfrentado sérias dificuldades para se manter em

funcionamento e continuar suas atividades em prol dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para evitar que isso aconteça e a entidade tenha condições de se manter de pé e atuante, a diretoria do Sindicato volta a chamar a atenção dos trabalhadores e trabalhadoras para a importância de continuarem contribuindo com a entidade, de forma a garantir sua sobrevivência e as lutas em prol da categoria.

Se você ainda não é associado ou associada, entre em contato hoje mesmo com o Sindicato e fique sócio(a). Com a ajuda de todos e todas, seguiremos de pé, firmes e fortes, protegendo seus direitos e lutando para barrar os projetos perversos direcionados à classe trabalhadora e em especial à categoria.

## Sindicato convoca trabalhadores a lutar contra fim da aposentaria

O Sindicato tem acompanhado com preocupação a tramitação do projeto do governo federal que altera as regras para a aposentadoria no país. Nas próximas semanas, a chamada reforma da Previdência, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

“Essa proposta em nenhum momento foi pensada para atender aos interesses dos trabalhadores e muito menos dos vigilantes. Ao contrário dos anseios da categoria, a

reforma eleva o tempo de contribuição para aposentadoria a 40 anos e o de idade para 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Ou seja, acaba com a aposentadoria especial”, critica o secretário-geral do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

Ele lembra que somente tem direito adquirido e não será afetado pela reforma previdenciária os trabalhadores que, no momento da mudança da lei, já tiverem complementado o tempo de aposentadoria. Os demais, independentemente

do tempo trabalhado, sofrerão os efeitos da reforma.

“Como a reforma da Previdência está começando a ser analisada pelo Congresso Nacional, ainda há tempo de nos mobilizarmos para barrar as mudanças. Não podemos cruzar os braços e assistirmos passivamente mais essa tentativa de retirada de direitos. Uma das formas de lutar é ligar para os deputados e senadores em que você votou e cobrar deles que votem contra essa proposta”, orienta Romualdo.

## Convenção não prevê contratação por jornada intermitente

O Sindicato tem recebido denúncias de trabalhadores informando que algumas empresas estariam realizando contratações baseadas na jornada de trabalho intermitente.

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos vigilantes não prevê a contratação nesse tipo de modalidade, imposta pela reforma trabalhista.

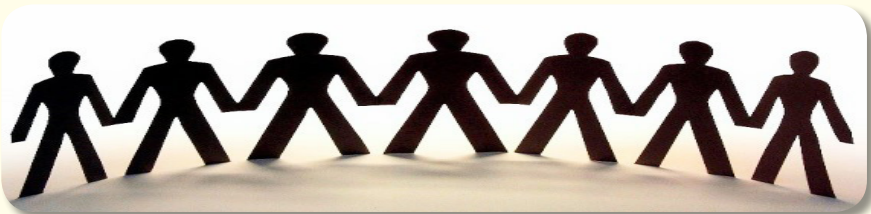
“Baseados nas denúncias, a di-

retoria do Sindicato está fazendo um levantamento das empresas que têm contratado trabalhadores nesta modalidade e vai debater as medidas necessárias para por fim a essa prática, que retira vários direitos dos trabalhadores e, inclusive, reduz os salários”, avisa o diretor do Sindicato Romualdo Gomes.

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação

de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.

Os casos de contratação por jornada intermitente podem ser denunciados ao Sindicato pelo telefone (31) 3270-1300.





# Convenção Coletiva é renovada por 2 anos

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DA CAMPANHA SALARIAL

### SALÁRIO DO VIGILANTE PATRIMONIAL SEM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

- Reajuste salarial: 3,43%
- Salário: R\$ 1.699,28
- Valor/dia: R\$ 56,64
- Valor/hora: R\$ 7,72
- Hora extra: R\$ 12,35
- Adicional noturno: R\$ 3,08
- Hora noturna: R\$ 10,80
- Mensalidade sindical: R\$ 33,98
- Contribuição assistencial: R\$ 101,95 / 2 = 2 X R\$ 50,97

### SALÁRIO DO VIGILANTE PATRIMONIAL COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

- Salário: R\$ 1.699,28
- Adicional de periculosidade: R\$ 509,78
- Salário + adicional de periculosidade: R\$ 2.209,06
- Adicional de periculosidade/dia: R\$ 73,63
- Adicional de periculosidade/hora: R\$ 10,04
- Hora extra com adicional de periculosidade: R\$ 16,05
- Adicional noturno: R\$ 4,01
- Hora Noturna: R\$ 14,05

### SALÁRIO DO PESSOAL DA SEGURANÇA PESSOAL

- Salário: R\$ 1.699,28 + 30% de periculosidade R\$ 2.209,06 + 30% de adicional de função R\$ 662,72 = R\$ 2.871,78
- Valor/dia: R\$ 95,76
- Hora normal: R\$ 13,05
- Hora extra: R\$ 20,88
- Adicional noturno: R\$ 5,22
- Hora noturna: R\$ 18,27

### SALÁRIO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

- Salário: R\$ 1.508,23

### SALÁRIO DO PESSOAL DA FAXINA, OFFICE-BOY E CONTÍNUO

- Salário: R\$ 1.000,56

### SALÁRIO DO VIGILANTE DA ESCOLTA ARMADA

- Salário: R\$ 2.124,10
- Valor/dia: R\$ 70,80
- Hora normal: R\$ 9,65
- Hora extra: R\$ 15,45
- Adicional noturno: R\$ 3,86
- Hora noturna: R\$ 13,51
- Lanche: R\$ 5,17
- Diária a partir da 8ª hora: R\$ 2,59

### SALÁRIO DO VIGILANTE DA ESCOLTA ARMADA COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

- Salário: R\$ 2.124,10
- Adicional de periculosidade: R\$ 637,23
- Salário + adicional de periculosidade: R\$ 2.761,63
- Valor/dia: R\$ 92,05
- Hora normal: R\$ 12,55
- Hora extra: R\$ 20,06
- Adicional noturno: R\$ 5,02
- Hora noturna: R\$ 17,57
- Tíquete refeição até 8 horas de serviço: R\$ 19,00 (após 8 horas de serviço o trabalhador terá direito a receber mais R\$ 2,59 por hora até completar o ciclo de 24 horas. As empresas ficam obrigadas a fornecer o café da manhã ou o tíquete no valor de R\$ 5,17 aos funcionários que chegarem ao serviço até às 8 horas.

### PLANOS DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

- Plano de saúde: R\$ 96,56
- Plano de saúde familiar (enfermaria): R\$ 163,46
- Plano de saúde por dependente: R\$ 81,73
- Consulta coparticipação (externo): R\$ 17,18
- Consulta na rede: R\$ 13,34
- Exame simples: R\$ 9,43
- Exame especial: R\$ 21,50
- Fisioterapia: R\$ 4,55
- Plano odontológico: gratuito (por dependente, R\$ 14,48)

### TRABALHO EM EVENTOS

- Hora do trabalho em eventos: R\$ 16,05

### CESTA BÁSICA

- Valor da cesta básica: R\$ 119,69

### TÍQUETE REFEIÇÃO

- Valor do tíquete refeição/dia: R\$ 19,00

O retroativo do salário, tíquete refeição e da cesta básica do pessoal do interior será pago em duas parcelas, sendo a primeira no quinto dia útil do mês de abril e a segunda no quinto dia útil de maio.



Trabalhadores aprovaram as negociações feitas pelo Sindicato na Campanha Salarial

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos vigilantes de Minas Gerais foi renovada pelos próximos dois anos. A categoria também vai receber 3,43% de reajuste no salários e benefícios, a partir de 1º de janeiro deste ano. Essas e outras importantes conquistas foram garantidas nas negociações da Campanha Salarial Unificada deste ano.

O Acordo foi aprovado pelos trabalhadores e trabalhadoras nas 25 assembleias realizadas pelo Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais em Belo Horizonte e mais 21 cidades do interior, entre os dias 7 e 21 de fevereiro.

“Nas assembleias, a categoria entendeu que tão importante quanto o reajuste salarial e dos benefícios é garantia dos direitos já conquistados, diante das ameaças da reforma trabalhista, que trouxe inúmeros prejuízos à classe trabalhadora, e de outros ataques em curso”, analisa o pre-

sidente do Sindicato, Edilson Silva.

Segundo ele, nas negociações pela renovação das cláusulas da Convenção Coletiva, as entidades que integraram a Campanha Salarial fizeram um esforço para garantir o máximo possível de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras contra os efeitos nocivos da reforma trabalhista.

“Diante de um Congresso Nacional composto por parlamentares que defendem seus próprios interesses e de um governo sem nenhum compromisso com os direitos dos trabalhadores, conquistar a renovação da nossa Convenção Coletiva por dois anos nos dá um respiro e nos permite concentrar nossas forças no sentido de barrar outras perdas e avançar nas conquistas”, explica Silva.

Confira no quadro ao lado as principais conquistas da Campanha Salarial Unificada deste ano.



### Sindicato recorre à Justiça do Trabalho para barrar demissões na Essencial

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais repudia as demissões de trabalhadores realizadas recentemente e injustamente pela Essencial Vigilância, sob a alegação de “justa causa”.

Segundo denúncias de vigilantes encaminhadas à entidade, diversos empregados foram dispensados pela empresa nas últimas semanas sem qualquer motivo.

“As demissões estariam ocorrendo em setores da capital e também do interior, sem que as supostas faltas cometidas pelos trabalhadores fossem devidamente apuradas”, critica o diretor do Sindicato e coordenador do Departamento Jurídico, Vitor dos Santos.

Para fazer valer os direitos dos vigilantes dispensados, o Jurídico do Sindicato já ingres-

sou com diversas ações na Justiça do Trabalho.

“Não vamos admitir que a Essencial continue colocando seus empregados no olho da rua a seu bel prazer. Por isso, pedimos aos trabalhadores prejudicados que denunciem ao Sindicato para que as providências sejam tomadas”, orienta Vitor.

O telefone do Sindicato é (31) 3270-1300.

### Governo de Minas quer acabar com a vigilância nas escolas estaduais

A diretoria do Sindicato lamenta a tragédia ocorrida no último dia 13, num colégio em Suzano (SP), que resultou na morte de 10 pessoas e 23 feridos, e se solidariza com seus familiares e amigos.

Na ocasião, dois jovens encapuzados, invadiram a Escola Estadual Professor Raul Brasil, cometeram a atrocidade e se mataram após a ação.

Para o Sindi-

cato, chama a atenção a facilidade com que os assassinos tiveram acesso às dependências da escola, cujo portão principal encontrava-se aberto.

A inexistência de vigilância patrimonial no local também pode ter contribuído para agravar a situação.

Diante desse fato lamentável, que pode vitimar pessoas em quaisquer cidades, a diretoria

do Sindicato acompanha com preocupação a intenção do governo de Minas de acabar com a presença de vigilantes nas escolas públicas estaduais.

Para o Sindicato, ao contrário dessa medida, o governo deveria é se preocupar em melhorar a segurança nas escolas e lugares públicos, ampliando a vigilância privada e o efetivo da Polícia Militar.

### Trabalhador deve ficar atento a seus direitos na transferência de contrato de trabalho

Diversas empresas da base têm criado dificuldades para liberar seus empregados nos casos de transferência de contrato.

Segundo levantamento feito pelo Sindicato, essas empresas estariam utilizando de vários meios para intimidar os vigilantes, forçando-os a pedirem conta, abrindo mão de uma série de direitos trabalhistas, ou a aceitarem a demissão acordada, conforme a reforma

trabalhista de 2017.

Nesses casos, o Sindicato orienta aos trabalhadores para que não façam qualquer acordo com a empresa em que trabalha sem antes consultar o Departamento Jurídico da entidade.

“A cláusula 21ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria prevê que, nos casos de transferência de contrato, as empresas estão desobrigadas apenas do

aviso prévio. Assim, todos os demais direitos devem ser respeitados. Em caso de dúvida, ao deixar uma empresa para trabalhar em outra, não faça nenhum acordo individual e comunique a situação ao Sindicato para que possamos intervir e garantir seus direitos, pois a Justiça do Trabalho tem reconhecido o teor da cláusula 21ª da CCT”, ressalta o vice-presidente do Sindicato, José Carlos.

### Uniserv insiste em desrespeitar direitos dos seus empregados

Alerta vermelho na União Serviços de Vigilância (Uniserv). A empresa, que vem sendo alvo constante de denúncias de irregularidades, até o fechamento desta edição ainda não havia concluído o pagamento do 13º salário dos empregados que prestam serviços em diversos setores.

Segundo denúncias feitas ao Sindicato, a empresa

também estaria com o pagamento de salários em atraso, não forneceu o tíquete de fevereiro e nem a cesta básica de janeiro e fevereiro. Não bastasse, não estaria pagando a intrajornada, horas extras e férias.

Para solucionar esses problemas, no dia 21 de fevereiro, a Uniserv e tomadores de serviço foram convocados para

uma audiência de mediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG).

No entanto, a empresa e os tomadores não compareceram para dar explicações. Diante de tamanho descaso, o Sindicato já acionou seu Departamento Jurídico para que sejam tomadas as devidas providências.